

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO-MBA EM DIREITO DO CONSUMIDOR

Conforme Resolução nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

| | |
|---|---|
| 1. Nome do Curso e Área do Conhecimento | ESPECIALIZAÇÃO-MBA em Direito do Consumidor na Atualidade. Curso presencial, com abordagem multidisciplinar e transdisciplinar, envolvendo as áreas do Direito Civil / Processual, Responsabilidade Civil no CDC. |
| 2. Justificativa | <p>O Direito do Consumidor é um ramo relativamente novo do Direito brasileiro.</p> <p>O atual Código de Defesa do Consumidor brasileiro promoveu extraordinárias e significativas transformações na sociedade ao considerar o consumidor a parte vulnerável nas relações de consumo, pois, nos dias atuais com tantas novidades nas formas de consumo trazidas principalmente pela evolução do comércio eletrônico, e a aquisição de ofertas por meio de sites de compras coletivas, que divulgam as promoções com enormes percentuais de descontos, o CDC continua sendo de suma importância, uma vez que seu caráter pedagógico permite a regulação das mais modernas ações de compra e venda.</p> <p>A relação de consumo está presente no dia-a-dia das pessoas através da relação jurídica que se dá pela aquisição de bens ou serviços junto a fornecedores.</p> <p>No curso busca-se ampliar a capacidade do aluno com o intuito de que ele possa lidar de maneira eficaz, crítica e autônoma com as nuances relacionadas ao Direito do Consumidor, a partir da compreensão da aplicabilidade deste ramo do Direito às atividades cotidianas, auxiliando-o na solução de conflitos por meio da compreensão teórico-prática e da elaboração de inúmeros argumentos admissíveis.</p> <p>O curso é voltado a profissionais ligados à área jurídica, como também atende aos profissionais de outras áreas, tais como aqueles ligados a indústrias, ao comércio e aos serviços, que almejam conhecer melhor as relações de consumo, agindo com prevenção a fim de minimizar riscos atinentes à inobservância das normas aplicáveis, assim como atender de forma qualificada, segura e distinta todas as demandas na defesa de fornecedores e consumidores.</p> <p>O curso visa aprofundar os estudos deste ramo do Direito, relativos à sua aplicabilidade diária, incluindo os conhecimentos teóricos por meio do estudo de princípios, leis, doutrina e jurisprudência, abrangendo a noção socioeconômica, política, histórica e atual que se insere as relações de</p> |

| | |
|------------------------------------|--|
| | <p>consumo, bem como o aperfeiçoamento prático do profissional relativo a esta área de atuação.</p> <p>Assim, habilita os profissionais a tornarem-se especialistas, com um profundo conhecimento técnico acerca da atuação efetiva no âmbito consumerista, levando em consideração aspectos como normas aplicáveis, responsabilidade por danos, contratos e esfera processual, no qual promove ao profissional a habilidade de exercer e manusear de forma eficaz todas as exterioridades atinentes ao Direito do Consumidor, da mesma maneira que o torna consciente da importância acerca da harmonização entre os interesses dos sujeitos envolvidos nesta relação.</p> |
| <p>3. Histórico da Instituição</p> | <p>A Associação Educacional Souza Graff S/S Ltda. é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de promoção humana, com inscrição no CNPJ sob nº 02.828.271/0001-65, desde 31 de agosto de 1998. A Associação Educacional Souza Graff S/S Ltda. é Integrada ao Grupo Lusófona, maior grupo de ensino nos países de língua portuguesa, desde 2004, passando a usar a marca ou nome fantasia — Grupo Lusófona, com a logomarca — Grupo Lusófona Brasil. O Grupo Lusófona prossegue, em Portugal, os seus objetivos através da COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, Crl., da Escola Superior Ribeiro Sanches, S.A., da Real Academia de Portugal SA., da FIDES - Cooperativa de Formação, Desenvolvimento e Solidariedade, Crl., e da SESC – Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A. A COFAC é hoje a maior Instituição de Ensino Superior em Portugal, sendo os seus estabelecimentos de ensino frequentados por cerca de 15mil alunos, e contando com a colaboração de 1000 professores e aproximadamente 300 funcionários. A COFAC é a titular dos seguintes Estabelecimentos de Ensino Superior: a) ULHT-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; b) ULP - Universidade Lusófono Porto; c) ISCAD - Instituto Superior de Ciências da Administração; d) ESEAG – Escola Superior de Educação Almeida Garrett; e) ISDOM-Institutos Superiores D. Dinis; f) ISPO - Instituto Superior Politécnico do Oeste; g) ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Fora de Portugal, o Grupo integra as seguintes Instituições: a) ISPU - Instituto Superior Politécnico Universitário – Maputo e Quelimane – Moçambique; b) Universidade Amilcar Cabral - Bissau - Guiné-Bissau; c) Colégio e Faculdade Paraíso – Rio de Janeiro – Brasil; d) Faculdade Mário Schenberg – São Paulo – Brasil; e) Universidade Lusófona de Cabo Verde – Mindelo – Cabo Verde. O Grupo Lusófona representa este conjunto de estabelecimentos mais aqueles que, dentro e fora de Portugal, partilham dos mesmos princípios e orientações estratégicas, num total de 22.000 alunos, distribuídos pelos mais diversos graus de ensino. Na Universidade Lusófona, o</p> |

| | |
|------------------------|---|
| | <p>Serviço de Apoio à Criação de Emprego e Estágios (SACEE) está integrado na DRIE — Direção de Relações Internacionais, Estágios Emprego e Empreendedorismo. Esta Direção gere toda a estratégia de Relações Internacionais, Emprego, Estágios e Empreendedorismo em todas as Instituições do Grupo Lusófona (dentro e fora de Portugal). A Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro –FL/RJ apresenta à comunidade de São Gonçalo como opção de construção de oportunidade de desenvolvimento. Com uma proposta pedagógica inovadora, a Faculdade de Paraíso combina com maestria o emprego de recursos tecnológicos para a produção de artefatos e objetos de aprendizagem capazes de despertar o processo cognitivo de acordo com o tempo e com o background de cada aluno. O Corpo Docente da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro – FL/RJ é composto por Doutores, Mestres e Especialistas com vasta experiência em Cursos de Pós-Graduação nas principais Universidades Privadas do País. A adoção de Projetos Pedagógicos inovadores, voltados para a aplicação de conhecimentos que atendam as demandas do atual ambiente de mercado, que alinham a teoria com a prática, constituem o núcleo de excelência da empresa.</p> |
| <p>4. Objetivos</p> | <p>O Curso Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito do Consumidor na Atualidade possui como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instruir os elementos constituintes da relação do consumo, dominando os conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, assim como os principais direitos do consumidor e os objetivos e princípios norteadores da Política Nacional de Relações de Consumo; • Capacitar e desenvolver a análise dos direitos fundamentais e a teoria geral das relações de consumo; • Apresentar visão aprofundada sobre o Direito do Consumidor no ordenamento jurídico brasileiro; • Analisar e interpretar situações de casos concretos, aplicando os princípios do Direito Consumidor; • Preparar e qualificar profissionais para o entendimento de teses jurídicas substanciais para a defesa dos interesses em conflito; • Compreender e assimilar as normas que orientam a responsabilização por danos causados ao consumidor, bem como as práticas comerciais e a proteção contratual do consumidor; • Interpretar e discutir jurisprudência sobre a responsabilização civil na legislação consumerista; • Praticar as regras e os principais instrumentos que regem a defesa do consumidor em juízo, com a identificação dos principais atos processuais e elaboração das peças processuais mais importantes. |
| <p>5. Público Alvo</p> | <p>Portadores de diplomas de graduação, emitidos por entidades reconhecidas pelo MEC, que atuem ou tenham interesse em atuar na</p> |

| | |
|---------------------------------|--|
| | <p>Administração Pública.</p> <p>No contexto da Política Nacional de Capacitação de Servidores Públicos, inclui-se nesse público alvo, o conjunto de servidores públicos.</p> |
| <p>6. Concepção do Programa</p> | <p>O CDC foi extraordinariamente inovador em seu campo de atuação e, conseqüentemente, pode-se afirmar, um dos maiores institutos jurídicos, embora ainda não esteja totalmente tutelado, pois, na real verdade, o consumidor é a maior vítima de abusos por parte do fornecedor de produtos e serviços porque seus direitos não vêm sendo observados, exatamente por aqueles que detêm o dever de informar, como é o caso do fornecedor.</p> <p>A abordagem desse tema justifica-se pela falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre a matéria do Código de Defesa do Consumidor. Se faz necessário desenvolver um estudo que não se limite apenas a reproduzir dados ou à mera preocupação teórica, sem visão de qualquer alcance prático. Então, todo enfoque procura valorizar as posições consolidadas da doutrina e das mais atualizada jurisprudência. E ao perceber divergências na matéria, será indicada qual deveria ser a linha de raciocínio a ser adotada, em consonância com as mais recentes decisões do STJ.</p> <p>O presente curso está voltado para a compreensão teórica e prática da fundamentação constitucional do Direito do Consumidor que envolve a vida diária, aprimorando a reflexão das relações de consumo da realidade histórica e atual. Assim, o curso habilita aos especialistas a atuação na efetiva harmonização entre os interesses de fornecedores e consumidores, a importância e influência na sistemática da responsabilidade por danos, contratos e no âmbito processual, o que proporciona ao profissional uma conduta eficaz doutrinária e processual na área do Direito do Consumidor. Além disso, o curso também objetiva atender profissionais de outras áreas, especialmente aqueles ligados a indústrias, ao comércio e aos serviços, que necessitam conhecer melhor as relações de consumo, a fim de que possam atender de forma empresarialmente segura e diferenciada todas as espécies de demanda, tanto na prevenção, quanto na defesa de fornecedores e consumidores.</p> |
| <p>7.Coordenação</p> | <p>Professora Me. Rosana Maria de Moraes e Silva Antunes, acadêmica com intenso envolvimento com ensino, pesquisa e extensão. É monitora, gestora e idealizadora de projetos de Pesquisa e Extensão bem como representa a Instituição em eventos nacionais e internacionais (Universidade de Vigo e Coimbra). É Advogada e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro, Doutoranda em Direito pela UFF, Mestre em Direito pela UFF, Especialista em Direito Processual civil e Processual do trabalho pela EMATRA RJ, professora do curso de direito da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro, professora contudista Direito do Grupo Sagah soluções de ensino. Pesquisadora em grupos de pesquisa: Democracia, Cidadania e Estado de Direito; Jürgen Habermas: concepções, confluências e interlocuções; Direitos Fundamentais e grupo de Proteção de dados pessoais / CNPQ. Revisora de</p> |

| | |
|---------------------------|---|
| | artigo científico na revista PENSAR ACADÊMICO, ISSN: 1808-6136. |
| 8.Carga Horária | 360 horas A estrutura curricular do curso tem carga horária de 360 h/a, com 330 h/a destinadas aos conteúdos específicos carga horária total do Curso com mais 30 horas de Atividades Complementares Especializadas. |
| 9.Período e Periodicidade | O curso tem periodicidade trimestral, com previsão para conclusão mínima de três e máxima de seis trimestres. O período de realização do curso compreende a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas, durante os três primeiros trimestres do curso. |
| 10.Conteúdo Programático | <p>ESTRUTURA CURRICULAR -DISCIPLINAS – EMENTAS – BIBLIOGRAFIAS</p> <p>Núcleo básico</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Princípio do Código de Defesa do Consumidor e relação de consumo. 18h ➤ Direitos e deveres básicos do consumidor. 24h ➤ Métodos comerciais coercitivos e ilegais. 24h ➤ Aplicação do Código Civil na Responsabilidade do Direito Consumidor. 12h ➤ Direito de Arrependimento do Consumidor. 18h ➤ Total: 96 horas <p>Núcleo Especializado</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Mecanismos de reparação de danos nas relações de consumo. 36h. ➤ Proteção do consumidor nas práticas comerciais. 18h. ➤ Proteção do consumidor no meio virtual.18h. ➤ Contratos de consumo em espécie. 16h ➤ Total: 90 horas <p>Núcleo Formativo Especializado</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tutela contratual e extracontratual do consumidor. 18h. ➤ Tutela processual dos consumidores. 30h. ➤ Tutela penal do consumidor na ordem econômica. 18h. ➤ Tutela administrativa do consumidor: Sanções e processo administrativo sancionador. 18h. ➤ Métodos e Técnicas de Projeto30h. ➤ Seminário de Projeto em Direito do Consumidor 30h <p>Total: 144 horas Carga horária de conteúdos disciplinares – 330 horas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Atividades Complementares – 30 h <p>Núcleo Básico Especializado</p> <p>DIREITOS FUNDAMENTAIS E TEORIA GERAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO</p> |

Carga horária: 30 h

Ementa: Direitos Fundamentais na atualidade. Direitos e interesses transindividuais. Sociedade de consumo. Elementos da Relação Jurídica de Consumo. Princípios no Código de Defesa do Consumidor e Direitos básicos dos consumidores.

Bibliografia

Bibliografia básica:

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**, 5ª edição, São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 2017.

LAGES, Leandro Cardoso. **Direito do Consumidor: a lei, a jurisprudência e o cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Roberto Braga de. **Fornecimento e Consumo de Serviço: em busca de uma formatação dogmática**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, jan./mar. 2017.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Serviços Públicos e Direito do Consumidor: Possibilidade e Limites da Aplicação do CDC**. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE). Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Públicos, n. 15, ago./set./out. 2018.

MECANISMOS DE REPARAÇÃO DE DANOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Carga horária:30 h

Ementa: Responsabilidade Civil no CDC. Vícios e Defeitos nos negócios jurídicos de consumo. Prazos de garantia, decadência e prescrição. Desconsideração da Personalidade jurídica.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais, 5ª Ed.**, Revista dos Tribunais, 2015.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor, 6ª Ed.**Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

CAPUCHO, Fábio Jun. **O Poder Público e as Relações de Consumo**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 41, abr./jun. 2017.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. **Proteção ao consumidor: conceito e extensão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Responsabilidade Civil do Fabricante e a Defesa do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NAS PRÁTICAS COMERCIAIS

Carga horária: 30 h

Ementa: Bancos de dados. Oferta e publicidade. Práticas abusivas
Cobrança de dívidas. Danos morais.

Bibliografia

Bibliografia básica:

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **A boa fé na relação de consumo**. Revista do Direito do Consumidor 14/20-27.

BENJAMIN. Antônio Herman de Vasconcellos. **Práticas comerciais no Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Freias Bastos, 2017

Bibliografia complementar:

PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO MEIO VIRTUAL.

Ementa: Comércio eletrônico e a proteção do consumidor nas relações de consumo. Os negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico. As relações de consumo, a informação, a confiança e a proteção no comércio eletrônico. A proteção jurídica do consumidor no comércio eletrônico. Aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor no comércio eletrônico brasileiro.

Carga horária: 40 h

Bibliografia

Bibliografia básica:

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Manual de Direito do Consumidor, 5ª Ed.**, Revista dos Tribunais, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Direito do Consumidor, 3ª Ed.**, São Paulo, Atlas, 2018.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Watanabe, Kazuo; Nery Júnior, Nelson. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto - Vols. I e II, 10ª Ed.**, Forense, 2017.

Bibliografia complementar:

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FREITAS, Juarez. O Controle Social e o Consumidor de Serviços Públicos. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, n. 1, 2016.

TUTELA CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL DO CONSUMIDOR

Carga horária: 50 h

Ementa: Defesa do Consumidor na fase pré-contratual. Defesa do Consumidor na formação do contrato. Contratos de adesão. Cláusulas abusivas. Contratos eletrônicos. Contratos de serviços essenciais diante da inadimplência do consumidor.

Bibliografia

Bibliografia básica:

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **A boa fé na relação de consumo**. Revista do Direito do Consumidor 14/20-27.

BENJAMIN. Antônio Herman de Vasconcellos e. **Responsabilidade Civil e Acidentes de Consumo no Código de Defesa do Consumidor**. Revista do Advogado 33/16-34, São Paulo, AASP, dezembro de 2017.

BENJAMIN, Herman Vasconcellos de et al. **Manual do Direito do Consumidor**. 6ª Edição, 2019, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.

_____, **Comentários do Código de Defesa do Consumidor**. 5ª Edição, 2015, Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.

BULGARELLI, Waldirio. **A tutela do consumidor na jurisprudência brasileira e de “lege ferenda”**. Revista de Direito Mercantil 49/40-55, São Paulo.

Bibliografia complementar:

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CONTRATOS DE CONSUMO EM ESPÉCIE

Carga horária: 30 h

Ementa: Contratos de prestação de serviços médicos. Contratos bancários. Contratos de transmissão de dados. Contratos de seguro. Contratos educacionais. Contratos de recreação.

Bibliografia

Bibliografia básica:

FERNANDES NETO, Antonio Joaquim. **Plano de Saúde e Direito do Consumidor**. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SEGUIM, Elida. **Plano de Saúde**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

Bibliografia Complementar

AGUILLAR, Fernando Herren. **Controle de Contratos**. São Paulo: Max Limonad, 2019.

MOOR, Fernanda Stracke. **O Regime de Delegação da Prestação de Serviços Públicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

TUTELA PROCESSUAL DOS CONSUMIDORES

Carga horária: 30 h

Ementa: A tutela processual como Direito Fundamental.

Teoria geral das ações individuais e coletivas. Da petição inicial à coisa Julgada. Recursos. Tutelas de urgência. Ações coletivas em espécie em primeiro e segundo grau de jurisdição.

Bibliografia

Bibliografia básica:

FILHO, Sergio Cavalieri. **Programa de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2018.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIM, Antônio Herman de Vasconcellos e; FINK, Daniel Roberto et tal. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 13ª ed.**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juízo. 9ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

MARÇAL, Sergio Pinheiro. **Código de Defesa do Consumidor: definições, princípios e o tratamento da responsabilidade civil. Revista do Direito do Consumidor 6/98-108**. São Paulo.

PASQUALOTO, Adalberto. **Os Serviços Públicos no Código de Defesa do Consumidor**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, jan./mar. 2016.

TUTELA PENAL DO CONSUMIDOR NA ORDEM ECONÔMICA

Carga horária: 20 h

Ementa: Direito penal difuso. Tutela penal do consumidor na ordem econômica em geral. Tutela penal do consumidor no CDC. . Processo penal de consumo.

Bibliografia

Bibliografia básica:

CASADO, Márcio Mello. **Proteção do Consumidor de Crédito Bancário e Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **O Empresário e os Direitos do Consumidor: o cálculo empresarial na interpretação do Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva. 2014.

Bibliografia complementar:

PAULA, Adriano Perácio de. **O Código de Defesa do Consumidor na Ordem Econômica**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, nº 118, abr./jun. 2016.

TUTELA ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR: SANÇÕES E PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Carga horária: 3ª h

Ementa: Sistema Nacional de Proteção do Consumidor. Processo Administrativo Sancionador. Sanções Administrativas em Espécie.

Bibliografia

| | |
|-------------------|---|
| | <p>Bibliografia básica:</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson. O Regime da Publicidade Enganosa no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Revista de Direito do Consumidor nº15. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>LAZZARINI, Alvaro. Serviços Públicos nas Relações de Consumo e Sanções. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Renovar, v. 215, jan./mar. 2019.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do consumidor em juízo. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>BULGARELLI, Waldirio. A tutela do consumidor na jurisprudência brasileira e de “lege ferenda”. Revista de Direito Mercantil 49/40-55, São Paulo.</p> |
| 11. Corpo Docente | <p>Profa. Me Rosana Antunes; Profa. Dr. Paula Ramada; Profa. Me Cláudia Renata da Encarnação; Profa. Me Fernanda Arakaki; Prof. Me Guilherme Hart; Profa. Esp. Rinará Coimbra.</p> |
| 12. Metodologia | <p>A metodologia adotada volta-se para a participação do discente, estimulando sua autonomia, conferindo-lhe o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas buscam promover a reflexão crítica e o ensino aplicado à resolução de questões concretas. No caso específico do Direito, por exemplo, certos assuntos, lamentavelmente, são tratados de maneira dogmática, isto é, de modo não muito crítico.</p> <p>O caminho metodológico na prática de um ensino adequado, capaz de levar a uma análise do sistema jurídico, quer sob o ângulo acadêmico-doutrinário, quer sob o ângulo crítico.</p> <p>Dentro do Direito do Consumidor não importa nem vale saber tão só o conteúdo da lei ou texto de determinado artigo. Tanto o conteúdo quanto o texto se encontram nos manuais especializados à disposição do interessado.</p> <p>O Direito positivo ou legislado está, em todo o mundo, sob o fogo de um processo de contínua renovação. As leis se modificam dia a dia, por força das transformações sociais.</p> <p>O Direito do Consumidor não é um sistema de enunciados imutáveis. Não sendo o Direito uma ciência estática, por isso que o CDC, como expressão da vontade social em determinado tempo e espaço e sob certas circunstâncias, evolui com esses elementos, acompanhando, <i>pari passu</i>, a transformação da comunidade a que se dirige, de modo que, em muitos casos, sua interpretação se renova a tal ponto de desfigurar-se o seu sentido inicial, está aí o segredo do rejuvenescimento e da atualidade da norma e a importância transcendental da hermenêutica jurídica.</p> <p>É assim, através desse contato vivo e diuturno com efetivas exigências da sociedade política de nossos dias, que veio se delineando a renovação do</p> |

Direito do Consumidor.

O curso de Pós-Graduação em Direito do Consumidor, entre nós, sempre se ressentiram de dois efeitos capitais, aparentemente contraditórios: a falta de elevação teórica e a falta de aplicação prática. Isto quer dizer, fugiram sempre da realidade da vida, nos seus dois aspectos - pensamento e ação. O Direito do Consumidor faz-se presente também quando deparamos com problemas que exigem do estudioso o conhecimento de pormenores da legislação, de modo a possibilitar-nos a conjugação da doutrina e da jurisprudência, num exercício de raciocínio que fascina. Nesse ponto, o curso se desenvolve de modo a possibilitar ao aluno uma visão ampla das orientações doutrinárias e jurisprudenciais, com suas alternativas, todas elas, evidentemente, calcadas em manifestações de respeitáveis mestres do Direito.

O curso concentra-se em questões doutrinárias e evolui para os problemas de ordem prática, tecendo uma análise crítica da doutrina e da jurisprudência existentes sobre este tema que suscita tantas controvérsias, de maneira moderna, dinâmica, integrada, articulada, atualizada, verdadeiramente completa, sempre enriquecida com novas abordagens doutrinárias.

Como meta prioritária, vislumbramos a praticidade, motivo pelo qual, indubitavelmente, trilhamos o caminho da prática, buscando sempre uma forma de explanação didática, simples, clara, direta e, acima de tudo, acessível e nesse particular, acreditamos, a sua maior utilidade.

Neste trabalho se conjugam os termos do binômio teoria x casos concretos, os quais são estribados em casos que acontecem no dia-a-dia, sem perder de vista, por um único instante, o sentido, a utilidade, a razão de ser dos estudos teóricos. A Prática nada mais é que a aplicação de conhecimento teórico. A teoria é a alma, a prática o corpo. Ambas são elementos que se integram para formarem um todo, o qual permite o exercício do pesquisador com êxito. Esta é uma verdade incontestável. Graças a isto o conteúdo programático é palpitante, cheia de vida, rica em advertências, descarnando as controvérsias entre tendências doutrinárias e noticiando a orientação jurisprudencial ilustrativa dos vários subtópicos focalizados.

A divisão por partes e estas por capítulos pretende ser, o mais possível, didática. Os assuntos são apresentados no seu curso de desenvolvimento e encadeamento natural, com uns temas preparando o estudo dos que vêm depois.

Para tanto, estão previstas atividades como estudos de casos, simulações e exercícios que estimulem a troca de experiências e a aplicabilidade no trabalho.

As estratégias didáticas, privilegiam o ensino de aplicabilidade, incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado.

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado em sua composição

| | |
|-------------------------------|--|
| 13. Interdisciplinaridade de | curricular e em seu quadro de docentes, que inclui mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento. Além da área do Direito do Consumidor, o curso de especialização privilegia incursões por outras áreas do direito, especialmente pelos Direitos Constitucional e Administrativo, que se entrelaçam, indissociavelmente, com o Direito Civil e Processo Civil. |
| 15. Atividades Complementares | As atividades complementares são atividades externas ou internas realizadas pelos alunos, com o objetivo de contribuir para a formação geral e específica do estudante de Pós. Estas atividades são sempre mediadas por um professor do curso. (30h) |
| 16. Tecnologia | Serão usados recursos tecnológicos de comunicação e informação, por meio de ferramentas da Web, como chats, fóruns, etc, bem como recursos audiovisuais informatizados. |
| 17. Critério de Seleção | <p>É elegível para matrícula o aluno portador de diploma de curso superior devidamente registrado, desde que atendidas às exigências fixadas na legislação vigente e as previstas no projeto pedagógico do curso.</p> <p>Excepcionalmente, poderá matricular-se aluno que apresente certificado e a declaração de conclusão de curso superior, emitido por instituição reconhecida, ficando o mesmo obrigado a apresentar o diploma devidamente registrado antes do término do curso.</p> <p>O candidato entregará, por ocasião da matrícula, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Ficha de inscrição devidamente preenchida; II. 03 (três) fotos 3x4 atual e colorida III. Cópia da Cédula de Identidade; IV. Cópia do CIC ou CPF; V. Cópia do Título de Eleitor; VI. Cópia do comprovante de votação ou a justificativa por não ter votado ou a declaração de quitação eleitoral; VII. Cópia do Documento Militar (para o sexo masculino); VIII. Cópia do Comprovante de Residência; IX. Cópia do Histórico Escolar do Curso Superior; X. Cópia do Diploma do Curso Superior; XI. Currículo Atualizado. |
| 18. Sistemas de Avaliação | <p>A avaliação será realizada por módulos, conforme a organização do projeto pedagógico do curso, incidindo sobre a frequência e sobre o aproveitamento.</p> <p>A frequência mínima exigida é de 75% (setenta e cinco) por cento às atividades didáticas pedagógicas do(s) curso(s).</p> |
| 19. Trabalho de Conclusão | O Trabalho de Conclusão de curso deverá ser elaborado de acordo com os padrões adotados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, transcritas nas normas internas da Escola Superior. É uma atividade |

| | |
|--|--|
| | <p>individual para entrega, mas coletiva na sua execução. O prazo de entrega do Trabalho final será definido pelo coordenador, 1 mês, podendo conceder uma prorrogação de no máximo um mês, além do prazo. Outros prazos poderão se concedidos, com apoio legal.</p> |
|--|--|